

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EIDIANE LEITE PEREIRA

**MUDANÇAS NO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM ROLIM DE
MOURA - RO COM O USO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

**Cacoal – RO
2014**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EIDIANE LEITE PEREIRA

**MUDANÇAS NO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM ROLIM DE
MOURA - RO COM O USO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Professor Ms. Cleberson Eller Loose.

**Cacoal – RO
2014**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo intitulado “**Mudança no processo de arrecadação do ISSQN em Rolim de Moura – RO com o uso da nota fiscal eletrônica de serviços.**” elaborado pela acadêmica Eidiane Leite Pereira, foi avaliado, julgado e aprovado pela banca examinadora formada por:

**Professor Ms. Cleberson Eller Loose
Presidente**

**Professora Dr.^a Maria Bernadete Junkes
Membro**

**Professor Ms. Clodoaldo de O. Freitas
Membro**

Média

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a Deus por ter me dado forças diante de grandes batalhas e por ter me abençoado infinitamente em toda a jornada dessa realização.

A minha família, especialmente minha mãe Anízia por ter me incentivado a estudar desde sempre e minha irmã Érica por me ajudar e aguentar minhas crises por diversas vezes.

Aos inúmeros amigos e colegas com quem convivi todas as noites no decorrer de mais de cinco anos de faculdade, especialmente a minha grande amiga Greicy Kelly que esteve ao meu lado do começo ao fim.

Aos professores por transmitirem seus conhecimentos, especialmente ao Jander, Cláudio, Cleberson e Ellen.

E que todos se sintam participantes da minha conquista, muito obrigada!

“Não percas a tua fé entre as sombras do mundo. Ainda que os teus pés estejam sangrando, segue para a frente, erguendo-a por luz celeste, acima de ti mesmo. Crê e trabalha. Esforça-te no bem e espera com paciência. Tudo passa e tudo se renova na terra, mas o que vem do céu permanecerá. De todos os infelizes os mais desditosos são os que perderam a confiança em Deus e em si mesmo, porque o maior infortúnio é sofrer a privação da fé e prosseguir vivendo. Eleva, pois, o teu olhar e caminha. Luta e serve. Aprende e adianta-te. Brilha a alvorada além da noite. Hoje, é possível que a tempestade te amarfanhe o coração e te atormente o ideal, aguilhoando-te com a aflição ou ameaçando-te com a morte. Não te esqueças, porém, de que amanhã será outro dia”.

“Chico Xavier”

MUDANÇAS NO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM ROLIM DE MOURA - RO COM O USO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

Eidiane Leite Pereira¹

RESUMO: a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFE-s é um documento de existência exclusivamente digital, gerado e armazenado eletronicamente pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços. Entre os objetivos da NFE-s está à redução de gastos com emissão, armazenamento da nota fiscal, diminuição nos gastos públicos com fiscalização e aumento da arrecadação por meio da modernização da gestão municipal. A obrigatoriedade de emissão da NFE-s pelas empresas sediadas no município de Rolim de Moura – RO passou a ser exigida com o decreto nº 2067 de 06 de fevereiro de 2012, sendo a NFE-s obrigatória a partir de 01 de março de 2012. Com isso o objetivo desta pesquisa foi de apresentar um comparativo entre o processo de emissão física e eletrônica de notas fiscais no município de Rolim de Moura no que se referem ao comportamento do volume do ISSQN arrecadado, mudanças operacionais no setor de arrecadação da prefeitura municipal, percepção dos envolvidos no processo de emissão de notas e identificar os impactos ocorridos nas empresas prestadoras de serviços de saúde. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados aos funcionários do setor de arrecadação municipal e das empresas prestadoras de serviços, os quais foram analisados e discutidos com o auxílio de material bibliográfico e ferramental eletrônico, sendo apresentados em gráficos e tabelas. Os resultados demonstram que houve redução nos gastos com emissão e armazenamento das notas fiscais; facilitou os procedimentos administrativos nas empresas; oportunizou a organização e melhor fiscalização pelo fisco.

Palavras-chaves: Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, gastos, armazenamento, arrecadação.

1 INTRODUÇÃO

A NFE-s faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e surgiu para informatizar os sistemas de controle do fisco municipal, aumentar arrecadação do ISSQN, diminuir possíveis gastos dos contribuintes com emissão e armazenamento das notas fiscais, bem como possibilitar a inibição no que se refere à sonegação.

O projeto NFE-s instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes e as administrações tributárias. Segundo Correia e Santos (2012, p. 5) “Entre os benefícios da implantação da NFE-s está à diminuição desleal na concorrência promovida pelos sonegadores”.

¹ Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quilles, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Ms. Cleberson Eller Loose.

A partir do momento em que há emissão de NFE-s o contribuinte fica quase que impossibilitado de sonegar impostos, no caso o ISSQN. Além de tornar mais fácil o processo de emissão da nota fiscal. Outro benefício da NFE-s é a redução nos gastos e a facilidade de armazenamento de dados, uma vez que, é realizado eletronicamente (MACHADO, 2007). Alves (2011) diz que o objetivo da NFE-s é beneficiar as administrações tributárias já que a qualidade da informação se torna melhor e padronizada.

Diante das mudanças que ocorreram após a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, muitos municípios passaram a utilizar a NFE-s, a qual se apresenta como uma das novas tecnologias que surgiram com esse sistema.

Com o Decreto municipal nº 2067 de 06 de fevereiro de 2012, a partir 1º de março de 2012, observando a necessidade de mudanças no processo de fiscalização da administração tributária e na redução de gastos com o cumprimento das obrigações acessórias, todos os prestadores de serviços instalados no município de Rolim de Moura – RO passaram a ser obrigados a emitir a nota fiscal eletrônica de serviços – NFE-s, exceto os concessionários de serviço público de telefonia, energia elétrica, água e esgoto; os estabelecimentos bancários oficiais e privados; as cooperativas de crédito e as casas lotéricas cujas apostas sejam comprovadamente controladas pela Caixa Econômica Federal – CEF.

Com isso esse trabalho teve o objetivo de apresentar um comparativo entre o processo de emissão física e eletrônica da nota fiscal na prefeitura municipal de Rolim de Moura– RO e para subsidiar, os objetivos específicos são: Identificar as mudanças operacionais ocorridas no setor de arrecadação da prefeitura municipal de Rolim de Moura com a implantação da NFE-s, comparar a arrecadação de ISSQN antes e depois da utilização da nova nota fiscal, verificar a percepção dos envolvidos no processo de arrecadação e relacionar os impactos nas empresas prestadoras de serviços na área de saúde do município após a implantação da NFE-s.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

De acordo com o estudo do Banco Mundial (2011), no que se refere ao quesito pagamento de impostos, o Brasil ocupa a posição 152, em um total de 183 economias do mundo (STEINBRUCH, 2013).

Existem mais de sessenta diferentes tributos brasileiros, distribuídos entre impostos, taxas e contribuições e instituídos tanto pela federação quanto por estados e municípios (SANTOS; SANTIAGO; SANTOS; SANTOS, 2009).

Logo, percebe-se um grande número de normas tributárias a serem seguidas e atualizadas constantemente. Duarte (2011, p. 94) cita que “ao longo de 22 anos de vigência da Constituição Federal - CF, promulgada em 5 de outubro de 1988, foram editadas mais de 4,15 milhões de normas, resultando em 517 normas editadas todos os dias ou 774 normas por dia útil.” Diante do enorme número de alterações, há dificuldades para os contribuintes cumprirem suas obrigações e aos órgãos fiscalizadores de aplicar a legislação brasileira de forma correta.

2.2 TRIBUTOS

Em 1966 foi instituída a Lei nº 5.172 que cria o Código Tributário Nacional - CTN com o objetivo de regular as normas gerais de direito tributário aplicáveis a união, estados e municípios. Conforme Duarte (2011, p. 96) “a palavra tributo deriva do latim *tributum*. Diz respeito aquilo que, por dever, é entregue ao estado”.

O conceito de tributo está definido nos art. 3º do CTN sendo “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (Lei 5172/1966).

O tributo é sempre um pagamento compulsório em moeda, mas pode ser pago por outro meio que possa ser expresso no mesmo valor. Não é cobrado mediante sanção por ato ilícito, não sendo qualificado como uma multa. O tributo só pode ser exigido por lei e somente será cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada sendo caracterizado como abuso de poder caso o fisco haja de forma diferente do que está na lei (FABRETTI, 1999).

De acordo com o art. 5º, Lei 5.172/1966 os tributos estão divididos em impostos, taxas e contribuições. No entanto, a Constituição Federal em seu art. 149 cria mais dois tipos de tributos, sendo a contribuição de intervenção no domínio econômico e as contribuições sociais de interesse das categorias econômicas e profissionais (FABRETTI, 2006). Portanto,

Duarte (2011, p. 97) diz que “os tributos no Brasil dividem-se em: impostos, taxas, contribuições parafiscais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios”.

O imposto é um tipo de tributo que não depende de uma contraprestação por parte do governo, ou seja, não está vinculada a nenhum gasto específico. Os impostos são cobrados para satisfazer as necessidades básicas do governo, que precisa continuar funcionando e prestando serviços a sociedade, ou seja, é cobrado compulsoriamente do contribuinte mesmo que ele não utilize dos serviços (OLIVIERI, 2007).

As taxas são consideradas tributos vinculados, pois dependem de um serviço prestado pelo ente público, especificamente para a pessoa que pagará o tributo. Exemplos desses tributos são as taxas de coleta de lixo (DUARTE, 2011). Fabretti (1999, p. 41) diz que “as taxas estão definidas nos arts. 77 e 78 do CTN e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição”.

A contribuição de melhoria é aquela instituída pelo ente federativo para custear obras públicas que venham trazer valorização de bens de propriedade do contribuinte. De acordo com o art. 81 da Lei 5172/1966, o valor dessa contribuição terá como valor total a ser arrecadado o total de despesas da obra pública, sendo que o valor individual não poderá ultrapassar a valorização do imóvel beneficiado.

No art. 148 da Constituição Federal está previsto a figura do empréstimo compulsório, o qual poderá ser instituídos para arcar com despesas extraordinárias nos casos de calamidade pública e de guerra externa ou sua iminência e no caso de investimentos público que sejam considerados como caráter relevante para o interesse nacional.

A Contribuição de Intervenção no domínio econômico (CIDE) é conceituada como sendo uma contribuição regulatória, utilizada como instrumento de política econômica para equilibrar determinada situação que exija intervenção por parte da União (FABRETTI, 2006).

As contribuições sociais de interesses de categorias profissionais são as instituídas por profissões devidamente regulamentadas com o objetivo de custear as atividades do exercício profissional, já as contribuições de interesse de categorias econômicas são aquelas cobradas compulsoriamente do empregado e do empregador para suprir as necessidades de órgãos que defendem os seus interesses (DUARTE, 2011).

2.3 O PODER DE TRIBUTAR

A Constituição Federal compete o poder de cobrar impostos a cada ente da Federação. O Art. 153 cita os impostos que são exclusivos da União, entre eles o imposto sobre produtos industrializados – IPI, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza – IR, o imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR (FABRETTI, 2006). A União tem ainda o poder para instituir as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e as de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Os Municípios e o Distrito Federal poderão somente instituir as contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública, observando as respectivas leis.

Os Estados e o Distrito Federal são autorizados, conforme o art. 155 da Constituição, a instituir os seguintes impostos: imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens e direitos – ITCMD; imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS; e imposto sobre propriedade de veículos automotores – IPVA (FABRETTI, 2006).

O art. 156 da CF fala sobre os impostos de competência tributárias dos municípios, são eles: imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU; imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI; e o imposto sobre serviço de qualquer natureza – ISSQN (art. 156, CF).

As taxas e contribuições de melhoria têm competência comum, tanto a União, como os Estados, Municípios e Distrito Federal poderão instituí-las, desde que por meio de lei específica (FABRETTI, 2006).

2.4 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

De acordo com o art. 156 da CF, “o ISSQN é um imposto de competência dos municípios e do Distrito Federal, podendo ser cobrado somente por eles, é a principal forma de arrecadação dos municípios e não tem vinculação específica”.

Considera-se serviço, o ato ou efeito de servir, de dar algo de si em forma de trabalho. É o esforço para obter lucros utilizando-se do capital intelectual ou material.

Machado (2004, p. 11) diz que “a expressão designa hoje o próprio trabalho a ser executado, ou que se executou, definindo a obra, o exercício do ofício, o expediente, o mister, a tarefa, a ocupação ou função.”

O art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003 diz que o ISSQN será devido no município onde está localizado o estabelecimento do prestador do serviço e caso não haja esse estabelecimento, o imposto será devido no local de domicílio do prestador, entretanto a lei indica o local onde será devido para alguns tipos de serviços como construção civil, execução de limpeza de terrenos, decoração e jardinagem, limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos (MACHADO, 2007).

O fato gerador do ISSQN caracteriza-se como as prestações dos serviços constantes na lista anexa a Lei 116/2003 mesmo que estes serviços não sejam a atividade principal do prestador, sendo este definido por lei municipal desde que esteja dentro da sua competência e respeitando os limites estabelecidos pela União (MACHADO, 2007).

O contribuinte do imposto será o prestador do serviço. Os municípios tem a autonomia para estabelecer as alíquotas de ISSQN a cada tipo de serviço, mas devem respeitar a alíquota máxima e mínima estabelecidas pela União por meio de lei complementar. A alíquota máxima a ser cobrada de ISSQN será de 5 % e a mínima é de 2% (MACHADO, 2007).

2.5 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED

Instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, o SPED é mais um avanço na informatização que contribui na relação entre o fisco e o contribuinte e faz parte do Programa de aceleração do Crescimento do governo Federal (PAC 2007 - 2010). O SPED se resume ao cumprimento das obrigações acessórias por parte do contribuinte para com o fisco, sendo estas totalmente por meio eletrônico com assinatura digital (YOUNG, 2009).

Um dos objetivos do SPED de acordo com Young (2009, p.17) é a “uniformização das informações que o contribuinte presta as diversas unidades federadas”. O SPED promoverá atuação integrada dos fiscos, onde os órgãos envolvidos no projeto terão acesso às informações compartilhadas e necessárias para o controle fiscal como os dados das movimentações financeiras, circulação de mercadorias e impostos devidos. Mariano e Azevedo (2009, p. 39) ressaltam que “as esferas do governo poderão consultar numa única

fonte todas as informações necessárias, dentro de um leiaute estruturado e capaz de fazer cruzamentos que apontam mais rapidamente inconsistências”.

O SPED tem como objetivo o cruzamento de informações por meio das declarações transmitidas pelos contribuintes, onde o fisco poderá confrontar entradas e saídas de recursos com o intuito de verificar irregularidades e diminuir os atos ilícitos em relação à tributação sobre vendas (AZEVEDO E MARIANO, 2009). Sobre a sonegação, Duarte (2011, p. 61) diz que “só se reduz a sonegação a partir de uma maior fiscalização”, sendo que o SPED poderá facilitar essa fiscalização com o uso das novas tecnologias.

A diminuição do consumo de papel é outro importante objetivo do SPED, já que as obrigações acessórias serão feitas totalmente por meio digital, dispensando a sua emissão física o que diminui também os gastos das empresas, configurando-se como responsabilidade ambiental, pois reduz também o uso de papel (YOUNG, 2009).

O SPED é formado por projetos com estruturas e andamento próprios, que serão posteriormente utilizados para confrontar as informações econômicas e fiscais, os quais são: Escrituração Contábil Digital – ECD, Escrituração Fiscal Digital – EFD e a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e (AZEVEDO E MARIANO, 2009).

A ECD tem o objetivo de substituir os livros contábeis, diário e razão, que anteriormente eram impressos em papel e passaram a ser somente digitais (Duarte, 2011). A ECD “foi instituída pela Receita Federal do Brasil, por intermédio da Instrução Normativa 787 de 19.01.2007, e será utilizada para fins fiscais e previdenciários” (YOUNG, 2009, p. 21).

Conforme Azevedo e Mariano (2009, p. 41) a EFD “objetiva a substituição da emissão de livros fiscais em papel pela sua existência apenas digital”. É um conjunto de informações relativas ao movimento de documentos fiscais, onde serão informadas as entradas e saídas de recursos com apuração de ICMS e IPI e o levantamento de estoques (DUARTE, 2009).

2.6 NOTA FISCAL ELETRÔNICA - NFE

A NF - e é um dos grandes projetos que estruturam o SPED e tem como objetivo a mudança na forma de emissão de documento fiscal feita em papel, tornando-a apenas eletrônica. O novo modelo de emissão de nota fiscal proporcionará adequação de todos os

contribuintes para que tenham maior controle nas suas operações e uma considerável diminuição nas suas obrigações acessórias (YOUNG, 2009).

Duarte (2011, p. 219) conceitua a NF - e como “um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com objetivo de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes”. A NF - e é obrigatoriamente assinada com certificado digital garantindo assim a sua validade jurídica. Azevedo e Mariano (2009, p. 47) definem o certificado digital “como sendo a tecnologia que provê os mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas das mensagens e documentos trocados na internet.” Sendo assim o certificado substitui a assinatura que antes era feita manualmente pelo contribuinte garantindo a segurança dos documentos eletrônicos.

Azevedo e Mariano (2009) citam vários objetivos da NF - e muitos deles são os mesmos que do SPED. Um dos objetivos é a redução nos gastos das empresas já que a NF - e é em arquivo digital e não há necessidade de emitir várias vias como era feito anteriormente, o que diminui o uso de papel e os gastos com impressoras e armazenamento. O único documento que precisa ser impresso é o Documento de Auxílio à Nota Fiscal Eletrônica – DANFE. Young (2009, p.186) diz que o DANFE “não é um documento fiscal idôneo e tem como objetivo ser utilizado no trânsito das mercadorias ou facilitar a consulta da NF-e”. O DANFE é utilizado principalmente para acompanhar o transporte da mercadoria e também para auxiliar na identificação dos dados constantes na nota, não sendo obrigatório o seu armazenamento após ter sido entregue ao seu destino final.

Como benefícios para a sociedade, Azevedo e Mariano (2009) citam que a emissão da NFE ajuda na redução do consumo de papel e diminui também os impactos ecológicos, incentiva a sociedade a usar os meios tecnológicos e o comércio eletrônico o que aumenta indiretamente as oportunidades de emprego para a área de informática, diminui também os gastos dos fornecedores podendo esses baratear suas mercadorias.

Ainda, segundo Azevedo e Mariano (2009) há os benefícios para o fisco que terá maior controle na troca de informações entre as unidades da federação e na verificação da compatibilidade das entradas e saídas de mercadorias para controlar estoques e vendas com o intuito de diminuir a sonegação. O fisco terá ainda a redução nos gastos com fiscalização já que o fiscal poderá também fazê-la eletronicamente sem precisar ir até a empresa.

Diante dos inúmeros benefícios, também podem ser encontradas dificuldades, principalmente para micro e pequenas empresas que não estão preparadas para grandes avanços. Além do curto espaço de tempo para se adequarem, os pequenos empresários não possuem a estrutura básica com computadores, internet e pessoa qualificada para manuseá-las (UEHARA, 2011).

2.7 NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS – NFE-S

Com o aumento da arrecadação de tributos, em especial o ISSQN que é a principal arrecadação municipal, as administrações públicas procuram formas para diminuir a sonegação de tributos e melhorar os serviços prestados aos seus contribuintes (ALVES, 2011).

Young (2009, p. 260) define a NFE-s como “um documento de existência exclusivamente digital, gerado e armazenado eletronicamente pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços”.

Os objetivos da NFE-s são quase que os mesmos que o SPED e todos os seus projetos, entre eles a redução de gastos com emissão e armazenamento da nota fiscal, a diminuição nos gastos públicos com fiscalização e o aumento da arrecadação através da modernização da gestão municipal (ALVES, 2011).

A NFE-s não é se estende a todos os municípios brasileiros, cada um tem a autonomia para instituir a obrigatoriedade da emissão aos seus contribuintes. No entanto, muitos municípios utilizam a NFES, os pioneiros foram Angra dos Reis, São Paulo, Manaus, Vitória, Recife entre outros. Esse número tem aumentado constantemente, pois cada vez mais as prefeituras percebem a importância de modernizar os seus sistemas ajudando assim na qualidade de vida de sua população (YOUNG, 2009).

Os municípios pioneiros obtiveram sucesso ao implantar a NFE-s. Angra dos Reis – RJ foi o primeiro município a aderir à nova forma de emissão e em apenas cinco meses triplicou a sua arrecadação comparada com outros períodos, já o município de São Paulo – SP melhorou as ações fiscais e possibilitou aos tomadores de serviços a utilizarem os créditos de ISSQN como abatimento no IPTU (DUARTE, 2009).

2.8 SAÚDE NO BRASIL

Saúde é o estado normal em que o organismo humano deve funcionar, e tem como conceito clássico, a arte e a ciência de prevenir doenças, prolongar a vida, tudo isso com esforço organizado da sociedade (ISCHKANIAN, 2011). Quando o ser humano possui uma boa disposição física e mental significa que ele possui uma boa saúde.

A evolução histórica da saúde brasileira está diretamente relacionada com a evolução da política e da economia e nunca foi o objetivo fundamental do estado o que justifica a falta de recursos destinados para a área. Os investimentos só eram feitos quando surgia alguma grande epidemia que repercutisse negativamente na economia e na sociedade, e mesmo assim a preocupação do estado era momentânea, até que aquela doença tornar-se normal (POLIGNOMO, 2008).

A Constituição Federal em seu artigo 6º diz que a saúde é um dos direitos sociais do cidadão brasileiro, para isso foi instituída a Lei 8080/90 que trata em seu artigo 2º sobre a obrigação do governo em proporcionar as condições indispensáveis a sua concretização, reformular políticas econômicas e sociais para que diminua os riscos de doenças entre outros. A Lei diz ainda que o dever do estado não exclui o das outras, ou seja, pessoas, família, empresas e sociedade também tem o dever de assegurar a saúde.

A referida Lei trata ainda, em seu artigo 4º, da constituição do Sistema Único de Saúde – SUS, formado pelas ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.

O SUS é financiado com os impostos que são pagos pelos cidadãos brasileiros de acordo com a sua capacidade de contribuir e os serviços são usufruídos conforme a necessidade de saúde. No entanto, a população tem encontrado dificuldades em utilizar esses serviços de saúde, e os governantes buscam cada vez mais privatizá-los o que acaba não amenizando a situação (COSTA, BAHIA E SCHEFFER, 2013).

A precariedade do sistema é visível e decorre da falta de destinação de recursos em consequência da crise econômica que atingiu vários países da América Latina obrigando-os a reduzir os gastos públicos. O SUS ficou direcionado a população mais carente e a população mais nobre passou contratar serviços privados de plano de saúde o que acarretou o crescimento desse setor (MENICUCCI, 2007).

Muitos empresários passaram a abrir negócios na área da saúde como dentistas, psicólogos, clínicas cirúrgicas e de exames laboratoriais, e médicos especializados em várias áreas o que aumentou os números de arrecadação de impostos referentes a estes tipos de serviços.

2.9 NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS – NFE-S EM ROLIM DE MOURA – RO

Observando a necessidade de mudanças no processo de fiscalização da administração tributária e na redução de gastos para cumprir com as obrigações fiscais, a Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO deu o primeiro passo através do Decreto nº 1825 de 20 de janeiro de 2011 onde altera o Código Tributário do Município instituindo o Sistema Eletrônico de gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, denominado Sistema Integrado de Gerenciamento do ISSQN – SIG - ISS.

Este Decreto determina que todos os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de janeiro de 2011 devem ser escriturados no SIG – ISS em substituição ao Livro de ISSQN que anteriormente era impresso e entregue na prefeitura, passando a ser totalmente eletrônico. O decreto diz ainda que todas as notas fiscais assim como o livro de ISSQN deverão ser guardadas por no mínimo cinco anos para eventual fiscalização.

Dando continuidade às mudanças no processo de fiscalização, o Decreto nº 2067 de 06 de fevereiro de 2012 institui a obrigatoriedade da emissão da NFE-s com a justificativa de simplificar o cumprimento das obrigações tributárias acessórias em relação à emissão e armazenamento de notas fiscais de serviço.

A partir de 1º de Março de 2012 todos os contribuintes prestadores de serviços no município de Rolim de Moura - RO estão obrigados a emitir a NFE-s. Os fornecedores de telefonia, energia elétrica, água e esgoto, instituições bancárias, cooperativas de crédito e casas lotéricas controladas pela Caixa Econômica Federal – CEF são os únicos desobrigados da emissão, no entanto podem solicitar a autorização para fazê-la o que a tornará obrigatória.

Para emitir a NFE-s os contribuintes deverão solicitar autorização ao Secretário Municipal da Fazenda, Planejamento Orçamentário e Desenvolvimento Econômico – SEMFAPLADE, e entregar as notas convencionais já confeccionadas para que possa ser inutilizadas e arquivadas.

A NFE-s será emitida através do sitio eletrônico disponibilizado pela prefeitura de Rolim de Moura – RO, o contribuinte poderá ter acesso as suas notas e as guias de recolhimento do ISSQN devido, assim como as notas emitidas para si mesmo.

Com a utilização dessa nova modalidade, o fisco municipal terá conhecimento em tempo real todas às notas fiscais emitidas por seus contribuintes e qual o valor de ISSQN a ser arrecadado, podendo com isso fiscalizar e aumentar a sua arrecadação além de melhorar o atendimento aos seus contribuintes, contadores e demais usuários (ALVES, 2011).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve o objetivo de demonstrar as mudanças ocorridas no processo de arrecadação de ISSQN após a implantação do sistema de emissão de NFE-s nas empresas que prestam serviço na área da saúde, caracterizando-se como um estudo de caso realizado no município de Rolim de Moura com abordagem qualitativa. Pesquisa qualitativa de acordo com Teixeira e Pacheco (2005), não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema ou generalização. Sendo assim, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, e possui algumas características básicas onde tem o ambiente como fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, os dados coletados são predominantemente descritivos, a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.

A amostragem foi definida por meio de pesquisa junto a Associação Comercial e Industrial de Rolim de Moura – RO – ACIRM onde foram colhidos os dados referentes às trinta e duas empresas associadas que prestam serviço no ramo da saúde no município e que emitem a NFE-s. A partir de então foi aplicado um questionário aos funcionários de todas as empresas, contendo quinze questões com o intuito de verificar a percepção dos funcionários em relação às mudanças ocorridas após a obrigatoriedade da NFE-s. Porém apenas funcionários de dezoito empresas responderam a pesquisa.

Na prefeitura do município, mais especificamente com os funcionários do setor de arrecadação, foi aplicado um questionário contendo dez questões com a intenção de verificar as mudanças causadas na prefeitura e no município a partir da emissão da NFE-s, o qual foi respondido por seis dos oito funcionários daquele setor.

Os questionários foram confeccionados com perguntas abertas e fechadas e foram deixados no setor de arrecadação da prefeitura municipal e nas empresas emitentes da NFE-s onde foram respondidos. Em alguns casos os participantes entraram em contato por meio de telefone e solicitaram visitas e explicações para que fossem sanadas algumas dúvidas em relação aos questionamentos.

A prefeitura municipal disponibilizou também os dados referentes às receitas do período de janeiro de 2010 até outubro de 2013 os quais foram utilizados para analisar a arrecadação do ISSQN antes e depois da implantação da NFE-s.

As respostas dos questionários foram tabuladas e organizadas de acordo com suas categorias, sendo também analisadas com o auxílio de ferramentas eletrônicas e posterior apresentação por meio de gráficos e descrição em forma textual dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados da pesquisa foram coletados com pessoas responsáveis por emitir a NFE-s nas empresas que prestam serviço no ramo da saúde, e por funcionários que trabalham no setor de fiscalização da Prefeitura municipal de Rolim de Moura – RO.

O questionário que foi aplicado aos emissores de NFE-s era constituído de quinze perguntas e o que foi aplicado aos fiscais tributários era formado com dez. Ambos os questionários tiveram o interesse de verificar as mudanças causadas nas empresas e na prefeitura após a implantação da NFE-s, suas vantagens e dificuldades. As perguntas foram divididas em quatro grupos, sendo eles: perfil dos entrevistados, comparações entre as formas de emissão da NFE-s, vantagens obtidas e as dificuldades encontradas pelos entrevistados com a nova obrigação.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Em relação à qualificação dos funcionários da arrecadação da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura foi constatado que quatro (67%) possuem ensino superior completo e dois (33%) possuem superior incompleto. Quanto ao cargo ocupado, todos os seis entrevistados são fiscais tributários no setor de fiscalização.

No que se refere à qualificação das pessoas que trabalham nas empresas prestadoras de serviços, seis (33,33%) possuem nível médio completo, seis (33,33%) o nível superior completo, e outros seis (33,33%) possuem o nível superior incompleto.

Sobre o cargo ocupado nas empresas prestadoras de serviços no ramo da saúde, quatorze (78%) tem a função de secretária, dois (11%) são gerentes do departamento pessoal e outros dois (11%) são enfermeiras.

4.2 COMPARAÇÕES ENTRE AS FORMAS DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

Ao serem questionados sobre as formas de emissão das notas fiscais de serviço, os funcionários da arrecadação da Prefeitura responderam que o procedimento para emissão da antiga nota fiscal começava com a elaboração de um processo a ser protocolado na prefeitura mediante o pagamento de uma taxa. Após a análise e deferimento desse processo, era emitida a Autorização de Impressão de Documentos Fiscais - AIDF o que autorizava a gráfica a confeccionar os blocos de notas fiscais.

Com o bloco de notas em mãos o contribuinte já estava apto a prestar os seus serviços e emitir a nota fiscal. Com o fim do ano-calendário, os prestadores de serviço tinham ainda a obrigatoriedade de emitir e encadernar uma relação, mês a mês, de todas as notas fiscais emitidas por ele durante o ano para que a prefeitura pudesse acompanhar a movimentação de cada empresa e comparar com a arrecadação do ISSQN e dos demais tributos devidos.

Sobre os novos procedimentos de emissão da nota fiscal que passou a ser eletrônica, os funcionários da arrecadação da Prefeitura responderam que o processo passou a ser mais rápido em função da informatização. Em relação à informatização do processo de emissão da NFE-s Alves (2011) enfatiza que esta nova modalidade possibilita como benefício ao fisco municipal uma maior facilidade em fiscalizar por meio de informações melhores e padronizadas.

Para emitir a NFE-s, o contribuinte deve pagar a taxa da liberação da AIDF e entregar o comprovante no departamento de fiscalização da prefeitura. O processo é iniciado com a verificação da situação da empresa no que se referem a cadastro, emissão de alvarás, pagamentos de ISSQN, tributos em geral, entre outras obrigações. Caso a empresa esteja irregular ela não conseguirá autorização para emitir a nota fiscal. Se estiver com suas

obrigações em dia, os fiscais verificarão quais são as suas atividades e autorizarão a prestar os seus serviços com posterior emissão da NFE-s.

Os entrevistados ressaltaram também que com a informatização dos sistemas, o contribuinte deixou de ser obrigado a entregar qualquer outro tipo de documento à prefeitura no final de ano calendário, visto que as notas já ficam armazenadas no sistema interno da prefeitura podendo ser analisadas a qualquer momento.

Essa mudança já era esperada por Young (2009) a qual relatou que o novo modelo de emissão de nota fiscal proporcionaria adequação de todos os contribuintes, fazendo com que eles se vissem obrigados a ter maior controle de suas operações e uma considerável diminuição em suas obrigações acessórias, no caso, o livro fiscal de apuração de ISSQN.

A desburocratização no processo de emissão de notas fiscais foi o motivo pela qual a Prefeitura Municipal de Rolim de Moura- RO implantou o a NFE-s com o Decreto municipal nº 2067 de 06 de fevereiro de 2013 onde a mesma simplificaria o cumprimento das obrigações tributárias acessórias em relação à emissão e armazenamento das notas fiscais de serviço.

Questionados sobre a forma eletrônica de emissão da nota fiscal de serviços, dezesseis (88,89%) dos funcionários das empresas prestadoras de serviço responderam que o processo se tornou mais fácil e trouxe inúmeras vantagens para a empresa e dois (11,11%) foram contra e disseram que o novo modelo de nota fiscal não trouxe facilidades para a empresa. Machado (2007) cita que além da redução nos gastos e facilidade de armazenamento dos dados, a NFE-s tem como benefício a facilidade no seu processo de emissão.

4.3 VANTAGENS OBTIDAS COM A IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

Sabe-se que a NFE-s, assim como todos os projetos do SPED, surgiu com a necessidade de trazer melhorias para o fisco, contribuintes e população em geral. O terceiro grupo de perguntas foi elaborado para verificar as vantagens obtidas após a implantação da NFE-s na Prefeitura Municipal de Rolim de Moura.

Sobre as vantagens que a emissão de NFE-s trouxe ao município, todos os funcionários da arrecadação da prefeitura responderam que o seu trabalho teve inúmeras melhorias após a implantação da NFE-s. Com a nova ferramenta foi possível ter controle dos

cadastros das empresas sem precisar fazer consulta a papéis arquivados e as liberações de AIDFs passaram a ser mais ágeis.

Houve também mudanças nos processos de fiscalização onde os fiscais passaram a fazer grande parte do trabalho pelo próprio sistema, e somente após ter certeza das irregularidades das empresas é que iriam autuá-las, diminuindo o tempo gasto e os gastos com os procedimentos necessários.

De acordo com Azevedo e Mariano (2009) o fisco teria como consequência desse sistema a redução nos gastos com fiscalização, pois esta passaria a ser feita eletronicamente não tendo a necessidade dos fiscais se deslocarem até a empresa (AZEVEDO E MARIANO, 2009).

Alves (2011) salienta que a utilização dessa nova modalidade permite que o fisco municipal tenha conhecimento em tempo real das notas emitidas e do ISSQN a ser arrecadado podendo fiscalizar, aumentar a arrecadação e melhorar o atendimento aos contribuintes, contadores e demais usuários.

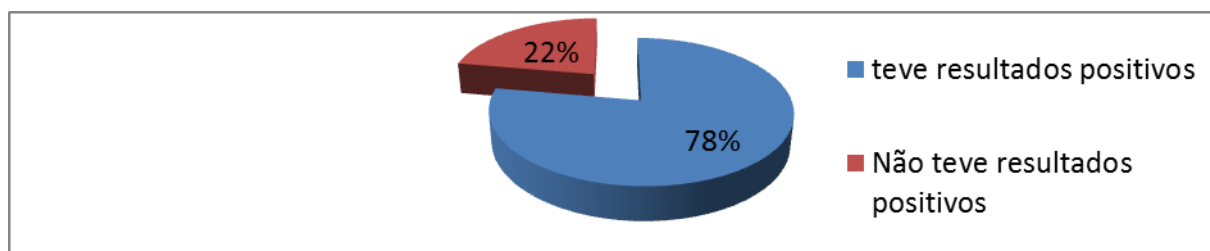
A fiscalização de acordo com Duarte (2011) é fundamental para diminuir a sonegação tributária. Segundo os entrevistados, a sonegação fiscal diminuiu após a agilidade nos processos de fiscalização, visto que não há mais como esconder a emissão de uma nota fiscal referente o serviço prestado e consequentemente o ISSQN devido, já que a implantação da NFE-s permitiu aos fiscais ter livre acesso a todas as informações eletronicamente.

Questionados sobre as melhorias consequentes da implantação da NFE-s no município de Rolim de Moura, os funcionários da arrecadação da prefeitura informaram que a melhor delas foi o aumento na arrecadação do ISSQN o qual é o mais importante tributo municipal.

Sobre as vantagens geradas ao município após a NFE-s, Alves (2011) enfatiza a diminuição nos gastos públicos com a fiscalização e o aumento da arrecadação dos tributos com a utilização dessa ferramenta de gestão.

No que se refere aos resultados positivos nas empresas emissoras da NFE-s, quatorze (77,78%) dos entrevistados responderam que a emissão eletrônica da nota fiscal de serviços trouxe resultados positivos para a empresa e apenas quatro (22,22%) foram contra dizendo que nada mudou após a obrigatoriedade, as respostas podem ser melhor detalhadas conforme apresentado na figura 1.

Figura 1 – Resultados após a obrigatoriedade da NFE-s.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Os funcionários responderam que o processo de emissão trouxe inúmeros benefícios para a empresa, entre eles destacaram que, a partir da emissão eletrônica o tempo gasto para emitir uma nota fiscal ficou menor e que os erros também diminuíram isso porque não há como rasurar a nota, quando há um erro é só apagar e digitar novamente.

Questionados sobre a consulta a documentos fiscais, os funcionários das empresas prestadoras de serviço informaram que com a emissão da NFE-s tornou-se fácil a consulta às notas fiscais já emitidas, pois no sistema é possível procurá-las por meio do número ou do período de emissão. Com essa ferramenta o contribuinte tem mais agilidade na hora em que a nota fiscal for solicitada pelo escritório de contabilidade, cliente e até mesmo pelos fiscais tributários da prefeitura em uma possível visita ao estabelecimento.

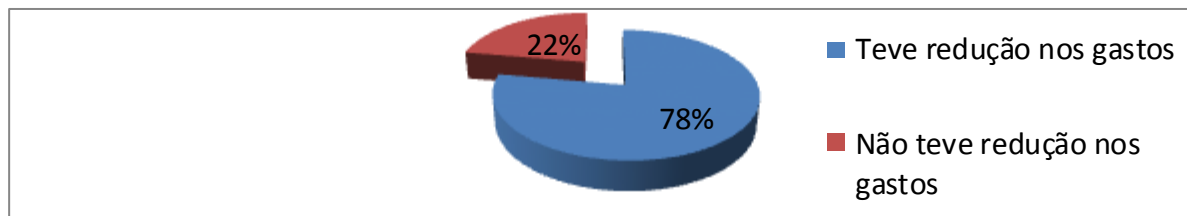
Os funcionários disseram que o seu trabalho diminuiu após a obrigatoriedade da NFEs, ressaltaram ainda que a empresa passou por melhorias nos processos internos e que o sistema eletrônico diminuiu a quantidade de procedimentos administrativos referente às obrigações acessórias decorrentes da emissão de nota fiscal de serviços. Tais vantagens estão de acordo com o posicionamento de Young (2009) quando diz que o novo modelo de emissão de nota fiscal diminuiu as obrigações acessórias, como exemplo, os livros fiscais de ISSQN que passaram a ser feitos eletronicamente sem que os contribuintes tenham que imprimir e registrar de forma física na prefeitura.

Segundo Azevedo e Mariano (2009), um dos objetivos da nota fiscal eletrônica é a redução de gastos tanto para a empresa quanto para o fisco, pois os documentos eletrônicos não precisam ser impressos e nem arquivados o que diminui o dispêndio com papel, tinta e armazenamento.

A figura 2 mostra os dados da pesquisa referente às alterações nos gastos com a nota fiscal. Quatro (22,22%) dos entrevistados relataram que não houve mudanças nas despesas da empresa a partir da obrigatoriedade da emissão da NFE-s e quatorze (77,78%) responderam

que obtiveram uma relevante diminuição nos gastos, principalmente com impressão e armazenamento de nota fiscal.

Figura 2 – Diminuição dos gastos após a obrigatoriedade da NFE-s



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Essa vantagem foi possível porque o emissor passou a imprimir somente uma via da nota fiscal para ser entregue ao cliente a fim de provar que a mesma foi emitida e a empresa deixou de armazenar folhas, visto que a nota fiscal fica salva no programa emissor e pode ser consultada facilmente a qualquer momento. Tais mudanças estão de acordo com Young (2009) e Alves (2011) os quais se referem à diminuição dos gastos com emissão e armazenamento de nota fiscal como um importante objetivo da NFE-s.

Outra vantagem a qual os funcionários das empresas prestadoras de serviço foram questionados é a do incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias. Todos os entrevistados afirmaram que a obrigatoriedade da emissão da NFE-s incentivou as empresas a se informatizarem e a adquirir computadores, internet e softwares compatíveis com o avanço da modernidade fiscal. Sobre o incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias Azevedo e Mariano (2009) destacam que a emissão de NFE-s incentiva a sociedade a usar meios tecnológicos e o comércio eletrônico aumentando indiretamente as oportunidades de emprego.

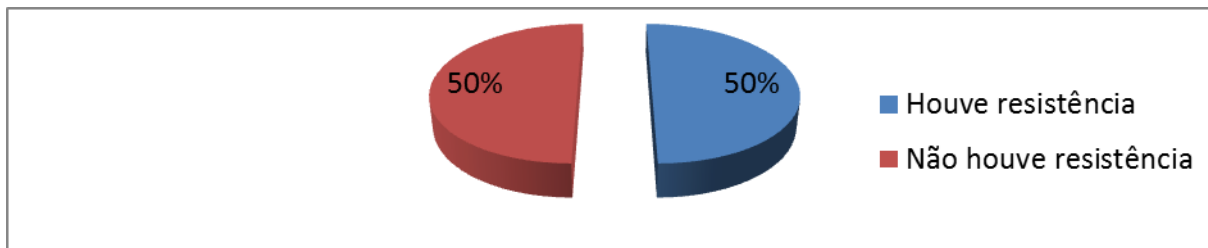
4.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS COM A OBRIGATORIEDADE DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

A obrigatoriedade da emissão eletrônica da nota fiscal de serviços trouxe várias vantagens para as empresas e para o fisco, mas para que essas vantagens fossem atingidas os usuários precisaram passar por outras fases de adaptação.

Questionados sobre as dificuldades na implantação da NFE-s no município de Rolim de Moura - RO, três (50%) dos funcionários da arrecadação da prefeitura relataram que houve

resistência por parte dos contribuintes e outros três (50%) responderam que não houve qualquer dificuldade conforme figura 3.

Figura 3 – Resistência dos contribuintes à obrigatoriedade da NFE-s



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Os entrevistados disseram ainda que as maiores reclamações dos contribuintes eram referentes à obrigatoriedade de escriturar no sistema de emissão da NFE-s as notas fiscais convencionais emitidas durante o decorrer do ano de 2011.

Tal exigência foi feita pela prefeitura com a publicação do Decreto nº 1825 de 20 de Janeiro de 2011 onde obrigou os contribuintes a escriturarem as notas fiscais no sistema para que o livro fiscal de ISSQN do ano já fosse feito eletronicamente.

Outros problemas enfrentados pelos contribuintes, segundo os funcionários da arrecadação da prefeitura, foram à falta de informações referente às novas obrigações e a falta de conhecimento em informática. Segundo Uehara (2009) as pequenas empresas não possuem pessoal capacitado para cumprir tais alterações fiscais.

Questionados sobre as dificuldades encontradas após a obrigatoriedade da NFE-s, seis (25%) dos funcionários das empresas prestadoras de serviços responderam que foi difícil se adequar as novas obrigações e dezoito (75%) não tiveram dificuldades para se adequar.

Entre as dificuldades encontradas, os funcionários destacaram os inúmeros documentos arquivados que tiveram que ser registrados no sistema de emissão da NFE-s e a demora em se adequar ao sistema, sendo que esta dificuldade está relacionada ao tamanho das empresas pesquisadas.

Sobre esse assunto, Uehara (2009) relata que os pequenos empresários possuem dificuldades para se adequarem as novas obrigações devido à falta de estrutura básica como computadores, internet e pessoas qualificadas para emitir a nota fiscal.

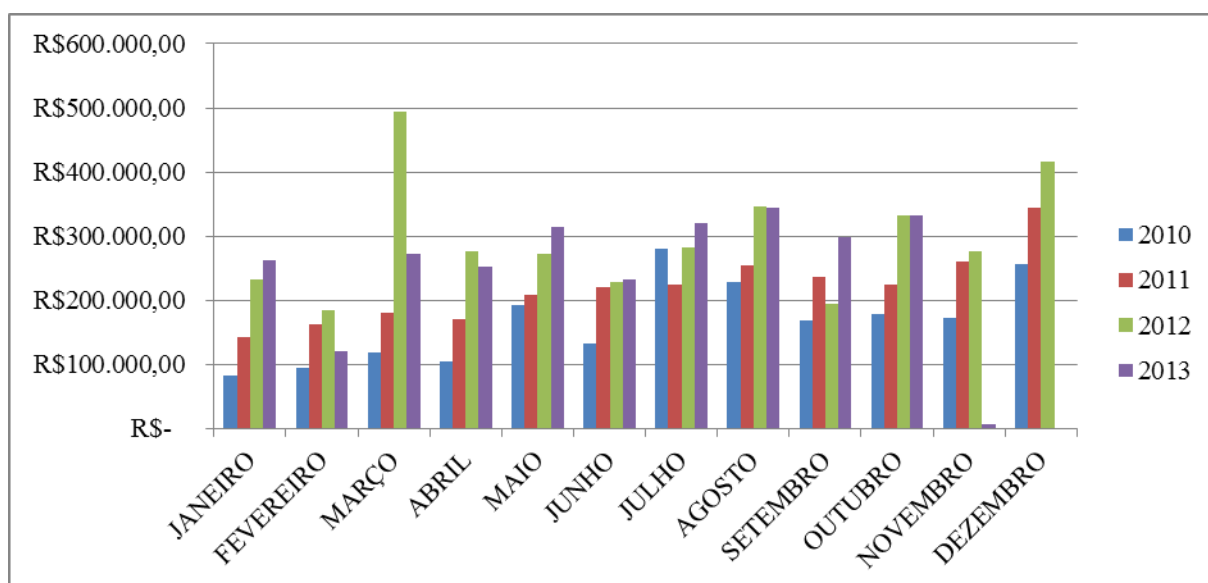
4.5 COMPARAÇÕES NA ARRECADAÇÃO DO ISSQN APÓS A OBRIGATORIEDADE DA NFE-S

Entre as inúmeras vantagens da emissão de NFE-s a que mais se destaca para o fisco municipal é sem dúvida a possibilidade de aumentar a arrecadação de ISSQN no município. Essa vantagem torna-se possível, pois com a obrigatoriedade da emissão eletrônica da nota fiscal de serviços o fisco passou a ter mais controle das operações de seus contribuintes podendo com isso fiscalizar e tomar medidas para que consiga diminuir a sonegação de impostos.

Os municípios procuram formas para melhorar o atendimento ao público, os serviços prestados e diminuir a sonegação, uma dessas formas foi à modernização da gestão municipal a partir da implantação de um sistema eletrônico para emissão de notas fiscais (ALVES, 2011).

Os contribuintes do município de Rolim de Moura – RO passaram a ser obrigados a emitir a NFE-s a partir do dia 1º de Março de 2012. Os dados da arrecadação total do ISSQN no período de janeiro de 2010 a Outubro de 2013 foram obtidos na Prefeitura Municipal juntamente com o secretário da fazenda, onde pode se observado que não há como separar qual é o valor arrecadado por cada tipo de atividade, não sendo possível saber qual foi o valor da arrecadação das empresas que prestam serviço na área da saúde no município. Os dados da arrecadação podem ser comparados e melhor visualizados na figura 4.

Figura 4 – Arrecadação do ISSQN no município de Rolim de Moura – RO



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Analisando os dados, percebe-se que a arrecadação ISSQN aumentou com o decorrer dos anos, porém existem vários motivos para justificar esse fato, por exemplo, o aumento da quantidade de empresas instaladas no município, ou seja, não pode ser afirmado que a arrecadação aumentou em função da implantação da NFE-s.

A arrecadação do ISSQN apresenta grandes oscilações durante os meses. No ano de 2012 observa-se uma maior arrecadação principalmente no mês de março, mês de implantação da NFE-s, onde houve um aumento significativo evidenciando a preocupação do contribuinte em relação à fiscalização por parte do fisco municipal o que não se manteve no ano de 2013.

Analisando os dados da arrecadação do mês de março de 2012 o município arrecadou o valor de R\$ 494.639,27 (quatrocentos e noventa e quatro mil seiscientos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos) e no mês de março de 2013 esse valor diminui para R\$ 271.796,85 (duzentos e setenta e um mil setecentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos). Percebe-se então que não se pode afirmar que a arrecadação municipal aumentou devido à obrigatoriedade da NFE-s, pois existem vários outros fatores que interferem nos valores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da NFE-s tornou o processo de emissão do documento fiscal mais fácil e trouxe inúmeras vantagens para as empresas e para o fisco do município de Rolim de Moura – RO.

A informatização dos sistemas possibilitou rapidez nos procedimentos além de diminuir as obrigações acessórias dos contribuintes. O fisco municipal obteve melhorias no seu ambiente de trabalho passando a ter maior controle no cadastro e na movimentação das empresas do município além de agilizar nos processos de autorização de emissão das notas fiscais. Os fiscais passaram a efetuar fiscalizações sem precisar se locomover até as empresas e sem ter que verificar diversos papéis armazenados muitas das vezes em locais sujos e impróprios.

Para os contribuintes, a emissão da NFE-s permitiu a diminuição nos erros cometidos e no tempo gasto, redução nos gastos com impressão, fácil acesso às notas emitidas no sistema eletrônico agilizando os trabalhos posteriores além de incentivar o comércio eletrônico e o uso de novas tecnologias.

Contudo, houve reclamações por parte dos contribuintes em relação à falta de informação, conhecimento em informática e a obrigatoriedade de digitar as notas emitidas no ano de 2011 no sistema.

A obrigatoriedade da NFE-s possibilita o aumento na arrecadação do ISSQN visto que os contribuintes não conseguem mais emitir uma nota fiscal e não recolher o imposto devido, pois o fisco tem conhecimento de toda a emissão.

Não se pode dizer que a arrecadação no município de Rolim de Moura – RO aumentou devido à implantação da NFE-s visto que várias podem ser os motivos para o aumento de tal arrecadação. Os contribuintes tiveram um pouco de receio no primeiro mês da obrigatoriedade o que fez com que a arrecadação sofresse um grande aumento, porém nos próximos meses a arrecadação do ISSQN diminuiu e continuou oscilando como ocorria em períodos anteriores.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Eduardo Luiz. **A importância da nota fiscal eletrônica como uma ferramenta para o fisco municipal**. Disponível em:

<<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27280/ALVES,%20EDUARDO%20LUIZ.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 Ago. 2013.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antônio. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. 1. Ed. São Paulo: IOB, 2009.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Um guia para a inicialização científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BRASIL. **Lei 4.729, de 14 de julho de 1965**. Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4729compilado.htm>. Acesso em: 01 Ago. 2013.

_____. **Lei 5.172, de 25 de Outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm>. Acesso em: 01 Ago. 2013.

_____. **Lei complementar nº 116, de 31 de Julho de 2003**. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm>. Acesso em: 15 Ago.2013.

_____. **Lei nº 8.080/90**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 30 Out. 2013.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. **Do Sistema Tributário Nacional**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 Ago. 2013.

CORREIA, Dulce Aparecida; SANTOS, Osmildo sobral dos. **Um estudo sobre os impactos da nota fiscal eletrônica para pequenas e médias empresas do ramo odontológico**. Disponível em: <http://www.eniac.com.br/RevistaCientifica/arquivos/5_Estudo%20Impacto%20da%20NF%20Eletronica_Osmildo%20e%20Aluna.pdf>. Acesso em: 07 Ago. 2013.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother fiscal – IV – Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós – SPED**. Belo Horizonte: ideas@work, 2011. Disponível em: <http://www.robertodiasduarte.com.br/files/Livro-Demo_Big-Brother-Fiscal-4.pdf>. Acesso em: 07 Ago. 2013.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito Tributário Aplicado: impostos e contribuições das empresas**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Prática Tributária da Micro e Pequena empresa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ISCHKNIAN, Paula Cristina. **Práticas integrativas e complementares para a promoção da saúde**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-13092011-095744/pt-br.php>>. Acesso em: 25 de Out. 2013.

MACHADO, Hugo de Brito. **O ISS e a locação ou cessão de direito de uso**. 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000026.pdf>>. Acesso em: 15 Ago.2013.

_____, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 28. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MACHADO, Tiziane. **Nota Fiscal eletrônica: aumentando os riscos de autuação fiscal**. Disponível em: <<http://imasters.com.br/artigo/6999/gerencia-de-ti/nota-fiscal-eletronica-aumentando-os-riscos-de-autuacao-fiscal/>>. Acesso em 06 Ago.2013.

MARCHIORO, Fernanda. **Nota Fiscal eletrônica diminui significativamente a sonegação de impostos**. Disponível em: <<https://www.notanet.com.br/nota-fiscal-eletronica-diminui-significativamente-a-sonegacao-de-impostos/>>. Acesso em: 05 Ago. 2013.

MELO, Cynthia de Freitas; ALCHIERI, João Carlos; NETO, João Lins de Araújo. **Sistema Único de Saúde: uma avaliação realizada em Natal, Rio Grande do Norte, Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v17n1/a08v17n1.pdf>>. Acesso em: 01 de Nov. de 2013.

OLIVIERI, Antônio Carlos. **Tributos: impostos, taxas, contribuições e a esperada reforma tributária**. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/tributos-impostos-taxas-contribicoes-e-a-esperada-reforma-tributaria.htm>>. Acesso em: 11 Ago. 2013.

POLIGNANO, Marcus Vinicius. **História das políticas no Brasil**. Uma pequena revisão. Disponível em: <<http://dgx64hep82pj8.cloudfront.net/PAT/Upload/170052/mimeo-23p.pdf>>. Acesso em: 29 de Out. 2013.

ROLIM DE MOURA (Município). Decretos municipais n°s 1825/GP/2011e 2067/GP/2012. Arquivo do Poder Legislativo Municipal. Rolim de Moura – RO, 2013.

SANTOS, Danillo da Silva; SANTIAGO, Fabiane Pereira; SANTOS, Joice de Oliveira; SANTOS, Renato Oliveira. **Considerações sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**. Disponível em:<http://www.unifaj.edu.br/NetManager/documentos/TCC_do_segundo_numero.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2013.

SANTOS, Douglas Garcia Pereira dos. **Norma geral “antielisão”**: Uma análise sobre o planejamento tributário. Disponível em: <<http://www.fazoli.adv.br/TEXTOS%20DIVERSOS/ARTIGO%20DOUGLAS%2001%20NORMA%20GERAL%20ANTIELISAO.pdf>>. Acesso em: 01 Ago. 2013.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

STEINBRUCH, Fernando. **A complexidade do Sistema Tributário Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.impostometro.com.br/posts/a-complexidade-do-sistema-tributario-brasileiro>>. Acesso em: 07 Ago. 2013.

TEIXEIRA, Hugo Vocura; TEIXEIRA, Marcelo Gouvêa. **Financiamento da saúde pública no Brasil: a experiência do Siops**. Disponível em: <www.scielo.org/scielo>. Acesso em: 25 set. 2010.

UEHARA, Anderson Resende. **NF-e: Descrição conceitual do projeto e as dificuldades em sua implementação em uma Micro Empresa**. Disponível em: <file:///C:/Users/Particular/Desktop/tcc%20finalmente/utilizadas/PDF_20_20Anderson_20Resende_20Uehara.pdf>. Acesso em 22 Jun. 2014.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

7 APÊNDICE

QUESTIONÁRIO 1

Instrumento de Coleta de Dados aplicado aos funcionários do setor de arrecadação da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO, com o objetivo de verificar quais foram as mudanças que ocorreram após a implantação da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFE-s.

QUALIFICAÇÃO E CARGO OCUPADO

1. Escolaridade:

() Fund. Incompleto () Fund. Completo () Médio Incompleto () Médio Completo

() Superior Incompleto

() Superior Completo. Curso?

() Pós-Graduação. Área?

2. Qual o cargo ocupado?

FORMAS DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL

3. Qual era o procedimento para a autorização para emitir a nota fiscal de serviços em bloco?

4. Qual é o procedimento para autorizar a emissão da nota fiscal eletrônica de serviços?

VANTAGENS OBTIDAS

5. O que mudou no setor de fiscalização a partir da obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica de serviços?

6. Em sua opinião, a nota fiscal eletrônica de serviços trouxe melhorias para o município? Se sim, quais?

() SIM () NÃO

7. Em sua opinião, a arrecadação do ISSQN aumentou?

() SIM () NÃO

8. O seu trabalho teve melhorias após a implantação da nota fiscal eletrônica de serviços?

☐ SIM ☐ NÃO

DIFICULDADES OBTIDAS

9. Houve uma resistência por parte do contribuinte?

10. Em sua opinião, quais são as maiores reclamações por parte do contribuinte?

QUESTIONÁRIO 2

Instrumento de Coleta de Dados aplicado às empresas prestadoras de serviços de saúde no município de Rolim de Moura – RO, com o objetivo de verificar quais foram as mudanças que ocorreram após a implantação da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFE-s no município de Rolim de Moura - RO.

QUALIFICAÇÃO E CARGO OCUPADO

1. Escolaridade:

☐ Fund. Incompleto ☐ Fund. Completo ☐ Médio Incompleto ☐ Médio Completo

☐ Superior Incompleto

☐ Superior Completo. Curso?

☐ Pós-Graduação. Área?

2. Qual o cargo ocupado?

FORMAS DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL

3. O procedimento para emitir a nota está mais fácil?

☐ SIM ☐ NÃO

VANTAGENS OBTIDAS

4. A atual forma de emissão diminuiu os custos da empresa com impressão e armazenamento da nota fiscal?

☐ SIM ☐ NÃO

5. Facilitou a consulta aos documentos fiscais?

☐ SIM ☐ NÃO

6. Diminuiu o tempo despendido para emitir a nota fiscal?

☐ SIM ☐ NÃO

7. Diminuiu os erros na hora de emitir?

☐ SIM ☐ NÃO

8. O seu trabalho diminuiu após a obrigatoriedade?

☐ SIM ☐ NÃO

9. Trouxe resultados positivos para sua empresa?

☐ SIM Quais? _____

☐ NÃO

10. Os processos internos da empresa passaram por melhorias após a implantação?

☐ SIM ☐ NÃO

11. Sua empresa observou relevante redução nos gastos do envio do documento fiscal?

☐ SIM ☐ NÃO

12. Incentivou o comércio eletrônico e o uso de novas tecnologias?

☐ SIM ☐ NÃO

13. A implantação do sistema da NF-e diminui a quantidade de procedimentos administrativos?

☐ SIM ☐ NÃO

DIFICULDADES ENCONTRADAS

14. Foi difícil se adequar?

☐ SIM ☐ NÃO

15. Qual foi a maior dificuldade após a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica de serviços?